



## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PAULISTA: MAPEAMENTO DE INICIATIVAS, BENEFÍCIOS E DESAFIOS

*COMMUNITY-BASED TOURISM INITIATIVES IN SÃO PAULO CONSERVATION UNITS: MAPPING OF  
INITIATIVES, BENEFITS AND CHALLENGES*

*TURISMO COMUNITARIO EN LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN DE SÃO PAULO: MAPEO DE  
INICIATIVAS, BENEFICIOS Y RETOS*

**Érika Sayuri Koga**<sup>1\*</sup> & **Joyce Hiromi Uyeti**<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus São Paulo.

<sup>1</sup> [kogadinapoli@ifsp.edu.br](mailto:kogadinapoli@ifsp.edu.br) <sup>2</sup> [joyce.uyeti@gmail.com](mailto:joyce.uyeti@gmail.com)

### RESUMO INFO.

Recebido: 18.08.2022

Aprovado: 22.08.2022

Disponibilizado: 23.08.2022

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo de base comunitária; unidades de conservação; estado de São Paulo; mapeamento.

**KEYWORDS:** *Community-based tourism; protected areas; São Paulo state; mapping.*

**PALABRAS CLAVE:** *Turismo comunitario; unidades de conservación, estado de São Paulo; mapeo.*

\*Autor Correspondente: Koga, E. S.

### RESUMO

As atividades desenvolvidas por populações tradicionais dentro ou no entorno de Unidades de Conservação (UC) podem trazer benefícios, possibilidades e também desafios para o Turismo de Base Comunitária (TBC). Tendo como objetivo mapear as iniciativas e estabelecer relações entre comunidades, governo e visitantes, esta pesquisa perpassa pela evolução do TBC no Brasil e no Mundo. De acordo com a metodologia empregada, utilizaram-se de dados primários e secundários, possibilitando mapear 25 comunidades que exercem atividades de TBC dentro e no entorno de 30 UCs paulistas. Conforme entrevistas com lideranças de cinco comunidades e de um gestor de UC, foi possível constatar que as populações mais organizadas internamente ou bem relacionadas com redes de TBC e poder público são mais fortalecidas e obtêm resultados mais benefícios e avanços, enquanto que em casos de maiores desestruturas internas ou com poucas relações apresentam grandes desafios para o desenvolvimento do TBC.

### ABSTRACT

The activities developed by traditional populations in or around Protected Areas (PA) can bring benefits, possibilities and also challenges for Community-Based Tourism (CBT). With the objective of mapping initiatives and establishing relationships between communities, government and visitors, this research covers the evolution of CBT in Brazil and in the world. According to the methodology used, primary and secondary data were used, making it possible to map 25 communities that carry out CBT activities in and around 30 PAs in São Paulo State. According to interviews with leaders of five communities and a PA manager, it was possible to verify that the populations that are more internally organized or well related to CBT networks and public authorities are stronger and obtain more benefits and advances, while in cases of greater internal disruptions or with few relationships present major challenges for the development of CBT.

### RESUMEN

Las actividades desarrolladas por las poblaciones tradicionales en o alrededor de las Unidades de Conservación (UC) pueden traer beneficios, posibilidades y también desafíos para el Turismo de Base Comunitaria (TBC). Con el objetivo de mapear iniciativas y establecer relaciones entre comunidades, gobierno y visitantes, esta investigación cubre la evolución de la TBC en Brasil y en el mundo. De acuerdo con la metodología utilizada, se utilizaron datos primarios y secundarios, lo que permitió mapear 25 comunidades que realizan actividades de TBC en y alrededor de 30 UC en São Paulo. De acuerdo a entrevistas con líderes de cinco comunidades y un encargado de AP, se pudo verificar que las poblaciones que están más organizadas internamente o mejor relacionadas con las redes de TBC y las autoridades públicas son más fuertes y obtienen más beneficios y avances, mientras que en los casos de mayor las interrupciones o con pocas relaciones presentan grandes desafíos para el desarrollo de TBC.



## INTRODUÇÃO

As iniciativas de Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário ou Turismo Rural Comunitário (TBC) ganham visibilidade como formas de resistências delineadas por estratégias culturais, sociais, ambientais e políticas enraizadas localmente, frente aos padrões convencionais do turismo de massa. Estas iniciativas são apontadas como oportunidades para melhorias de qualidade de vida por grupos sociais, tais como: pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, populações extrativistas, camponeses e diversos outros que vivem em situação de vulnerabilidade social e ambiental. Assim, o TBC tem como premissa fundamental a base endógena em planejamento e desenvolvimento do turismo (Moraes, Irving, Santos, Santos & Pinto, 2017).

O desenvolvimento local depende do “saber endógeno”, conhecimento sobre a própria realidade e, a iniciativa turística deve resultar da inspiração e da motivação real dos grupos humanos que interagem diretamente e cotidianamente no lugar turístico, pois sem isso, é apenas formal e de duração limitada, para Irving (2009).

As atividades de TBC estão relacionadas às populações tradicionais – grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social (Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, da Casa Civil), sendo encontradas dentro ou no entorno das Unidades de Conservação (UC), que são espaços territoriais com características naturais relevantes que apresentam a preservação do patrimônio biológico existente em uma região delimitada para conservação e proteção (Brasil, 2018).

## OBJETIVO

O objetivo geral desta investigação focou na discussão e análise dos benefícios, avanços e desafios do TBC dentro ou no entorno de UC do estado de São Paulo. Já os objetivos específicos, nortearam: Compreender a evolução e os contextos atuais do TBC no Brasil e no Mundo; Mapear as atividades comunitárias de turismo que acontecem dentro ou no entorno de UCs paulistas; Caracterizar algumas comunidades e ilustrar quais são as ações turísticas destas; Identificar possíveis ações públicas para a condução do TBC dentro e no entorno das UC; Estabelecer relações entre os agentes: comunidades, governo e visitantes/turistas.

## MATERIAL E MÉTODO

Iniciou-se a partir de pesquisa exploratória em dados secundários, de fontes bibliográficas e documentais em livros, artigos, registros oficiais e sítios eletrônicos que pudessem apresentar algumas iniciativas de TBC em UC paulistas existentes. Esta pesquisa ocorreu durante os meses de junho a novembro de 2020 e em decorrência do distanciamento social estabelecido como regras de segurança por conta da pandemia do Covid-19, realizou-se a coleta de dados primários através de entrevistas por videoconferência com as lideranças comunitárias de diferentes regiões: quilombola (Quilombo da Fazenda), caiçara (Comunidade do Marujá), indígena (Aldeia Boa Vista), rural (Comunidade do Rio Preto) e urbana (Comunidades Cantinho do Céu e Lagoa Azul). Além disso, também foi entrevistado o gestor público da Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira (APA-QMR). Em seguida, optou-se por utilizar a análise de conteúdo, baseada no roteiro elaborado por Bardin (2016), para expor os resultados finais em forma de tabela, relacionando-os com as oito dimensões da Sustentabilidade de Ignacy Sachs (2004).



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram três grandes blocos de informações obtidas, sendo assim divididas: Desenvolvimento do TBC (no mundo e no Brasil); Mapeamento das ações de TBC nas UC paulistas; Dimensões da Sustentabilidade e TBC (nas comunidades tradicionais e na APA-QMR).

### Desenvolvimento do TBC

A pesquisa investigou que as atividades de TBC em cunho global se fortaleceram com o avanço dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas últimas décadas. Com o fortalecimento dos movimentos ambientalistas no final dos anos 1960, a temática passa por discussões importantes ainda no século XX, com a ocorrência de diversos encontros e conferências mundiais. Eis que seguindo na contramão do turismo de massa, o ano de 2017 é reconhecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Apresentando os três pilares da sustentabilidade - econômico, social e ambiental -, este novo modo de “organizar” o turismo é o fio condutor para o fortalecimento do TBC que é apresentado como uma proposta associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local.

No contexto do global, é muito difícil apontar as origens reais do TBC, visto que este surge como um meio de sobrevivência intrínseco e imposto às várias comunidades, sem que as mesmas intitulassem as tais ações como TBC. Já na América Latina, segundo Graciano e Holanda (2020), as atividades tiveram início na década de 1980 por meio do Turismo Rural Comunitário, com incentivos financeiros do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), para conscientizar uma demanda de turistas mais conscientes com a preservação do meio ambiente e para fomentar a diversidade cultural das comunidades. As ações de TBC foram mais acentuadas no hemisfério sul, nos continentes da África, Ásia, Oceania e nos países da América Latina. Além disso, outro grande fator de crescimento se dá por meio da criação e crescimento das redes de TBC, a partir do século XX. Deste modo, o exemplo mais consolidado foi apresentado por meio da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), criada em 2001 com o objetivo de articular iniciativas que vêm sendo construídas em diferentes escalas locais e nacionais, com finalidade de diversificar as possibilidades de emprego e renda, de valorizar a cultura local e de fomentar o associativismo.

Já no território brasileiro, a temática sobre o TBC ganha força a partir dos anos 2000, ampliando seu espaço nas pesquisas acadêmicas, no apoio de organizações sociais para seu desenvolvimento, na busca das comunidades para implementar mais essa prática e nas esferas de políticas públicas. Como pontos de ascensão se destacam: a criação do Caderno Virtual de Turismo, em 2001, que foi um catalisador da promoção de debates acadêmicos acerca do TBC e também introduziu a temática na pauta do Ministério do Turismo (MTur); o lançamento do edital N°001/2008, pelo MTur com a seleção de 50 projetos de TBC que foram contemplados cada um com R\$ 150.000,00 para subsidiar os planejamentos e implementações das atividades turísticas nas comunidades contempladas; os eventos ocorridos no âmbito nacional por meio do I Encontro Nacional Turisol (2010) e do II Encontro Nacional Turisol (2015). Além dos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local (ENTBL) que acontecem desde 1997 até atualmente. Contudo, a queda do desenvolvimento do TBC, para Bartholo, Bursztyn, Fratucci,



& Assad (2016), ocorreu com a perda de espaço na pasta do MTur nos anos seguintes, sofrendo com a falta de continuidade do apoio institucional e financeiro, tendo resultados imediatos na desarticulação de muitas iniciativas locais e das redes que vinham se formando ou se fortalecendo.

### **Mapeamento de ações de TBC nas UC paulistas**

Ocorreu grande dificuldade para encontrar dados precisos e oficiais que corroborassem com a identificação das atividades de TBC que acontecem dentro ou no entorno das UC paulistas, assim, grande parte das informações foram coletadas pela internet por meio de sites de mapeamentos do Instituto Socioambiental e de alguns documentos oficiais do Governo do Estado de São Paulo, como Decretos de criação de UCs paulistas. Neste levantamento, foram mapeadas 25 comunidades, sendo: 3 indígenas, 5 caiçaras, 15 quilombolas, 1 rural e 1 urbana, quais sejam: Aldeia Indígena Boa Vista, Aldeia Indígena Tekoa Itakupe, Aldeia Indígena Tenondé Porã, Comunidade Caiçara Bonete, Comunidade Caiçara Castelhanos, Comunidade Caiçara Marujá, Comunidade Caiçara Sertão do Ubatumirim, comunidade Caiçara Vila de Picinguaba, Comunidade Quilombola André Lopes, Comunidade Quilombola Caçandoca, Comunidade Quilombola Cafundó, Comunidade Quilombola Camburi, Comunidade Quilombola Cedro, Comunidade Quilombola Ex-Colônia Velha, Comunidade Quilombola Fazenda, Comunidade Quilombola Ivaporunduva, Comunidade Quilombola Mandira, Comunidade Quilombola Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, Comunidade Quilombola Praia Grande, Comunidade Quilombola Sapatu, Comunidade Quilombola São Pedro, Comunidade Quilombola Reginaldo, Comunidade Quilombola Ribeirão Grande/Terra Seca, Comunidade Rural Rio Preto - Sete Barras, Comunidade Urbana Cantinho do Céu/ Meninos da Billings.

Levantaram-se também diferentes atividades relacionadas com TBC desenvolvidas pelas comunidades para proporcionar experiências com visitantes, classificadas como: turismo (visitação), artesanato, culinária e hospedagem, totalizando 75 atividades de TBC ofertadas pelas 25 comunidades identificadas. O mapeamento compilou todas as informações e os resultados geraram uma tabela listando os nomes das comunidades e das UC paulistas, além de classificar as atividades de TBC desenvolvidas em cada uma.

### **Dimensões da Sustentabilidade e TBC**

Com o objetivo de facilitar e enriquecer a compreensão dos dados, realizaram-se entrevistas em profundidade por meio de recursos tecnológicos áudio visuais feitas com as lideranças das comunidades tradicionais — Aldeia Boa Vista; Comunidades Cantinho do Céu e Lagoa Azul; Comunidade do Rio Preto; Comunidade do Marujá e Quilombo da Fazenda. As análises das entrevistas trouxeram resultados, utilizando a análise de conteúdo, conforme orienta Bardin (2016) e dividiu-se em categorias para tabulação de acordo com as oito Dimensões da Sustentabilidade de Sachs (2004). A partir das transcrições das falas dos entrevistados, o conteúdo foi tabulado em diversas “Categorias intermediárias” definidas com base nas “Categorias finais”, e também foram contabilizadas quantitativamente os 'benefícios' e 'desafios' — apresentados como “Critérios” —, de cada “Categoria intermediária” (Figura 1).



**Figura 1.** Resultados das Categorias Finais e Intermediárias.

<b>Categoria Final</b>	<b>Categoria Intermediária</b>
Ambiental	conservação e preservação dos ecossistemas naturais
	equilíbrio entre comunidade e meio ambiente
	educação e sensibilização ambiental
Cultural	saber endógeno e fortalecimento de identidade
	planejamento e desenvolvimento de projetos
	abertura para o mundo e trocas interculturais com visitantes
	adaptação e inovação cultural
Ecológica	preservação do capital natural
	limitação no uso dos recursos não renováveis
	preservação do meio ambiente e reciclagem
Econômica	geração de emprego e distribuição de renda
	investimentos e modernização dos meios produtivos
	autonomia e inserção na economia
Política Internacional	promoção e proteção de povos tradicionais
	gestão da diversidade natural e cultural
	cooperação científica e tecnológica por meio de pesquisas ou participação em eventos
Política Nacional	apoio e suporte com políticas públicas para desenvolvimento da comunidade ou TBC
	direitos humanos
	implantação de projetos em parceria com os empreendedores
Social	relacionamento comunitário/coletivo
	qualidade de vida
	igualdade social
Territorial	equilíbrio entre relação comunidade e UC
	melhoria do ambiente territorial e das estratégias de desenvolvimentos
	formalização ou fortalecimento de territórios tradicionais

Fonte: Autores.

Ao entrevistar o gestor da APA-QMR, foram levadas em consideração as necessidades de uma tabulação diferenciada com os critérios de 'avanços' e 'desafios'. Além disso, foram mantidas as mesmas categorias intermediárias e finais com base nas ideias de Sachs e Bardin. Na classificação por meio da coleta de dados da APA-QMR, identificou-se apenas um aspecto negativo na categoria Política Nacional e um na Social. A APA-QMR é uma UC do grupo de Uso Sustentável, está localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga (no Vale do Ribeira) e abriga os seguintes quilombos: André Lopes, Galvão, Ivaporanduva, Maria Rosa, Nhunguara, Ostras, Pedro Cubas; Pedro Cubas de Cima; Pilões, Piririca, Praia Grande, Sapatu e São Pedro.

## CONCLUSÃO

Benefícios e avanços dentro e no entorno de UC acontecem quando as comunidades e iniciativas são fortalecidas por meio de redes de TBC, existe uma organização interna na comunidade e/ou quando existe uma gestão pública mais acessível e que presta mais comunicação ou suporte para as comunidades. Os desafios foram fortemente observados, por exemplo, na Comunidade do Marujá e na Comunidade do Rio Preto, por conta de que o protagonismo destas não são desenvolvidos por fatores internos e que também não contam com aportes de redes de TBC ou políticas públicas para incentivar seu crescimento e desenvolvimento de atividades.





**Citação (APA):** Koga, E. S. & Uyeti, J. H. (2022). Turismo de base comunitária e unidades de conservação paulista: mapeamento de iniciativas, benefícios e desafios. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 8(5), Edição Especial "Turismo para além de viagens, 40-45.

---

O tema investigado se demonstra como um ótimo condutor de geração de mudanças e fortalecimento das comunidades, podendo ainda explorar aspectos como: aprofundamento do mapeamento de TBC paulista e também em outros estados; demais formas de divulgação das atividades, um bom exemplo é o Projeto “Circuito Quilombola Paulista”; indicação de novas políticas públicas para o desenvolvimento deste segmento; redes de TBC ativas em âmbito nacional/estadual/regional e ações que podem contribuir para o desenvolvimento destas.

## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina.
- Bartholo, R., Bursztyn, I., Fratucci, A. C., & Assad, L. T. (2016). Turismo de base comunitária em foco. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 14–17. <https://doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1344>.
- Decreto no 6.040, DE 7 de fevereiro de 2007 da Casa Civil, (2007). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)
- Graciano, P. F. & Holanda, L. A. (2020). Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *I4(1)*, 161-179.
- Irving, M. D. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e imagem. p. 108-121.
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, (2000). Sistema Nacional de Unidades de Conservação. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)
- Moraes, E. A. De, Irving, M. A., Santos, J. S., Santos, H., & Pinto, M. (2017). Redes de turismo de base comunitária: Reflexões no contexto latino-americano. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9(6), 612-623.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- 

